

O Japão de Shinzo Abe

Via [Sin Permiso](#)

Até 2020, a política internacional terá nos deixado mudanças na liderança da principal potência mundial, os Estados Unidos, e seu principal aliado na Ásia, o Japão. Shinzō Abe renunciou no verão passado como primeiro-ministro do Japão depois de se tornar a pessoa que mais tempo serviu na história do país. Como ele conseguiu isso e que mudanças ele trouxe na sociedade japonesa?

Em 28 de agosto, Shinzō Abe renunciou ao cargo de primeiro-ministro do Japão por problemas de saúde, depois de se tornar o primeiro-ministro mais antigo a servir na história do país, superando o recorde anterior de seu tio-avô Satō Eisaku entre 1964 e 1972. Quais são os fatores que o levaram a atingir este marco e que mudanças a sociedade japonesa sofreu como resultado de sua liderança?

Para entender de onde vem o fenômeno Abe, é necessário primeiro traçar a trajetória histórica do Japão pós-guerra até a chegada deste político ao poder, em 2012. O que faz do Japão uma grande potência mundial é a força de sua economia, mas este é em grande parte um produto do quebra-cabeça geoestratégico da Guerra Fria, que fez do país a peça-chave na proteção dos interesses do bloco capitalista no Extremo Oriente.

Os primeiros grandes benefícios econômicos obtidos pelo Japão graças ao contexto da Guerra Fria foram gerados pela Guerra da Coreia (1950-1953): o país dobrou sua produção industrial ao fornecer todo tipo de material ao exército americano, tendo assim um efeito de estímulo semelhante ao do Plano Marshall na Europa Ocidental. A segunda grande onda de benefícios para a economia japonesa veio quando no início dos anos 60 Kennedy abriu o mercado americano aos produtos japoneses como nunca

antes, em troca de manter o Japão longe do restabelecimento de relações diplomáticas com a China maoísta. E quanto à terceira grande onda de lucros da Guerra Fria, ela veio a partir de 1965 com a Guerra do Vietnã, durante a qual quase 20% do comércio japonês estava relacionado com o esforço de guerra.

Nos anos 70, o Japão, ao contrário de outros países industrializados, adotou medidas keynesianas para sair da crise de Bretton Woods (Nixon havia abandonado a convertibilidade do dólar em ouro em 1971, prejudicando as exportações de economias como a japonesa), e acabou substituindo os Estados Unidos como a fábrica do mundo. Mas em meados dos anos 80, com a balança comercial dos EUA já bastante danificada e o perigo de uma aproximação entre o Japão e a China após o desaparecimento das reformas pró-capitalistas de Deng Xiaoping, os EUA forçaram os japoneses a fazer um esforço coordenado para tornar o dólar mais barato. O Japão compensou então as consequências negativas para suas exportações com um grande relaxamento do crédito, o que gerou a maior bolha de ativos da história.

Os preços dos ativos começaram a cair em 1991, e os danos colaterais foram comparáveis aos da crise financeira americana de 2008 (embora tenha ocorrido mais gradualmente). Muitas empresas japonesas voltaram-se para investimentos no exterior, em busca de economias em crescimento como a China, e em pouco mais de vinte anos o número de funcionários japoneses no setor industrial caiu em um terço. Inicialmente, foram feitas tentativas para compensar o desemprego gerado pela crise financeira, investindo em obras públicas, mas este caminho foi abandonado relativamente rápido devido ao aumento excessivo do déficit orçamentário (o Japão é atualmente o país desenvolvido mais endividado do mundo, embora a maior parte de sua dívida seja interna).

A instabilidade econômica rapidamente se traduziu em instabilidade política. A força política que governou o Japão ininterruptamente desde 1955, o Partido Liberal Democrático

(LDP), baseou seu poder em redes clientelistas no “Japão do interior” alimentadas por gastos e subsídios de obras públicas, o que foi possível enquanto o país manteve um crescimento econômico imparável. O antigo grupo de liderança do LDP que surgiu dessas redes tinha fortes conexões com a política regional e a burocracia, mas desde 1993 os primeiros-ministros têm sido filhos ou netos de antigos políticos, e sua influência não vem tanto da base ou de sua capacidade de harmonizar interesses com a burocracia e as comunidades, mas das conexões familiares. Em parte por este motivo, de 1993 até a chegada ao poder da Abe em 2012, houve 13 primeiros-ministros sucessivos; o período de 2006 a 2012 foi particularmente instável, com uma média de um primeiro-ministro por ano.

Então o que acontece para Abe quebrar esta dinâmica de instabilidade depois de 2012? Há três fatores fundamentais que o explicam: o primeiro tem a ver com um sentimento geral de falta de alternativa política, o segundo com uma boa campanha de propaganda focalizada na reforma econômica do país, e o terceiro com a melhoria efetiva da macroeconomia.

Com relação ao primeiro fator, pode-se dizer que o sentimento de falta de alternativa política é o resultado de uma realidade objetiva e, ao mesmo tempo, é encorajado pelo establishment. Em 2008 o contágio financeiro do colapso do Lehman Brothers foi limitado no Japão (os bancos japoneses estavam bastante saudáveis após o colapso de 1991), mas a produção industrial foi tocada pela recessão nos Estados Unidos e na Europa, destino de muitas exportações japonesas. Muitos trabalhadores perderam seus empregos, e a presença de acampamentos de desempregos nos parques das grandes cidades do Japão se tornou comum. Foi neste contexto que em 2009 um partido de centro-esquerda como o Partido Democrata do Japão (DPJ) derrubou o LDP, que governava quase ininterruptamente desde 1955, nas eleições gerais.

Embora o conteúdo de esquerda das políticas econômicas do JDP

tivesse que estar entre aspas, este partido pretendia realizar um processo de democratização do sistema político japonês, visando reduzir o poder excessivo detido pela oligarquia burocrática desde o início do século passado, bem como rever moderadamente a política das bases militares dos EUA em território japonês e melhorar as relações com a China. Isto foi suficiente para assustar o establishment, que implantou uma bateria de obstáculos burocráticos na implementação de reformas e obteve o apoio de Obama para orquestrar uma campanha de mídia para desacreditar o DPJ.

O DPJ, sem força política suficiente para resistir às pressões, acabou recuando em suas promessas na política externa e de segurança nacional, e também implementou um imposto de consumo que a burocracia vinha exigindo há anos a fim de reduzir o déficit público e que era enormemente impopular entre a população. A partir daí, o partido perdeu toda a credibilidade entre os eleitores de esquerda, e o establishment conspirou para garantir que um susto eleitoral como o de 2009 nunca mais acontecesse.

Nestas circunstâncias, em 2012 Abe chega ao poder ganhando uma das eleições com as maiores taxas de abstenção da história (de fato, ele as ganha com menos votos para o LDP do que aqueles obtidos em 2009 quando o partido perdeu o poder, e os altos níveis de abstenção permaneceram constantes até hoje) e ele encontra uma burocracia disposta a oferecer todas as facilidades para manter o sistema político estável.

Quando Abe chega ao poder, ele aproveita essas circunstâncias e as fortalece, colocando seus homens de confiança à frente das instituições estatais sem muita resistência, bem como através de medidas autoritárias para evitar o ressurgimento da oposição. Em 2013, obteve a aprovação de uma lei que dá ao governo o poder de rotular qualquer informação como “classificada” e de processar qualquer pessoa que investigue os fatos. Ao mesmo tempo, ele impulsiona inúmeras queixas de extrema direita na televisão pública e expulsa jornalistas

críticos do governo. Outras táticas contra a liberdade de informação incluem ameaças de fechamento de veículos de mídia ou pressão sobre as empresas para remover a publicidade da imprensa crítica.

Por outro lado, os Estados Unidos (com Obama e Trump) tem estado interessados em apoiar Abe porque ele não questiona a política das bases militares americanas em território japonês e porque ele tem sido o político mais determinado a mudar a constituição para permitir a remilitarização total de seu país, o que está de acordo com o desejo do Pentágono de transformar o Japão em uma máquina de guerra para combater o poder da China na região. No entanto, embora o melhor aliado internacional de Trump tenha sido Abe, e ele tenha conseguido aprovar uma legislação que reinterpreta as cláusulas constitucionais anti-militaristas, uma forte oposição (também de setores dentro do LDP) acabou impedindo a reforma da Constituição por enquanto.

Quanto ao segundo fator que permite à Abe romper a dinâmica da instabilidade institucional, é a bem sucedida campanha de propaganda do famoso pacote de reforma econômica conhecido como Abenomics. Aqui é interessante notar um certo paralelismo com o chamado “plano de duplicação de receita” que constava do mandato de Ikeda Hayato entre 1960 e 1964. O ano de 1960 havia visto a maior mobilização de massa da história do país contra o tratado de segurança entre o Japão e os Estados Unidos, que havia forçado o então Primeiro Ministro Kishi Nobusuke (avô de Abe e fundador do LDP em 1955 com a ajuda da CIA, e que havia feito parte do governo fascista durante a guerra) a renunciar. Após as mobilizações generalizadas de 1960, o establishment estava muito preocupado com a possibilidade plausível de que a esquerda acabasse governando o Japão, e para evitar isso lançou uma campanha que direcionou toda a atenção pública para o crescimento do PIB e deixou mais debates ideológicos em segundo plano. O mandato de Ikeda, como o de Abe agora, terminou com as Olimpíadas de Tóquio encenando o orgulho de um

Japão triunfante.

Abe não está desistindo das questões ideológicas em 2012, mas está aprendendo com o erro que o levou a falhar durante seu primeiro curto mandato entre 2006 e 2007: não dar prioridade às questões econômicas. Assim ele lança as três “flechas” da Abenomics: reforma estrutural da economia (principalmente a fumaça da propaganda), estímulo fiscal (apesar do aumento dos gastos públicos, este estímulo foi cancelado pelo subsequente aumento do imposto sobre o consumo destinado a reduzir um crescente déficit público na sociedade em envelhecimento do mundo) e, a mais importante e eficaz, política monetária frouxa para imprimir notas e desvalorizar a moeda.

A política monetária frouxa tem sido uma das principais razões para o terceiro fator de estabilidade da Abe: a melhoria macroeconômica. A desvalorização do iene facilitou o aumento das exportações japonesas, embora deva ser notado que, além da intencionalidade da medida, essas exportações também aumentaram graças ao fato de que o prazo da Abe coincidiu com um longo período de crescimento econômico geral. Este crescimento global também aumentou consideravelmente o número de turistas, especialmente da nova classe média asiática.

O aumento das exportações e do turismo levou a um crescimento exponencial dos lucros empresariais, e o desemprego caiu consideravelmente (embora o emprego gerado tenha sido muitas vezes precário). Mas, na ausência de uma oposição de esquerda capaz de forçar um estímulo fiscal, a renda da população permaneceu estagnada e a demanda doméstica também. O crescimento do PIB tem sido constante (o segundo maior período de crescimento desde 1945), mas moderado (pouco mais de 1%), e nos últimos meses do mandato da Abe a economia começou a mostrar sinais de enfraquecimento (mesmo antes da pandemia). No entanto, estes resultados, combinados com o desinteresse político prevalecente e as distrações da opinião pública proporcionadas pelos Jogos Olímpicos e as constantes demonstrações de hostilidade de seus vizinhos asiáticos, foram

suficientes para garantir a estabilidade do governo de Abe, embora ele não seja uma figura particularmente popular entre os japoneses.